

A GÊNESE DAS POLÍTICAS AFIRMATIVAS NO BRASIL – UM CAMINHO QUE VAI ALÉM DAS COTAS UNIVERSITÁRIAS.

Aluna: Jaciane Braga Silva

Orientadora: Andréia Clapp Salvador

Introdução:

O presente trabalho está vinculado ao projeto de pesquisa desenvolvido pelo Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. A pesquisa, que teve início em julho de 2009, busca investigar as formas de participação de movimentos sociais e de seus ativistas políticos, no processo de constituição das políticas afirmativas. No caso brasileiro, as políticas de viés afirmativo apareceram como uma resposta às exigências feitas por grupos sociais como: negros, mulheres, homossexuais, portadores de deficiência, entre outros, por direitos coletivos e culturais. Esses grupos que vêm se organizando como movimentos sociais, principalmente a partir das décadas de 1980 e 1990, têm lutado não só por direitos que historicamente lhes têm sido negados, como também pelo reconhecimento de suas especificidades enquanto grupo social. Desta forma, ao se falar da gênese das políticas afirmativas no Brasil não se pode deixar de enfatizar a ação política realizada pelos movimentos sociais, no processo de elaboração e implementação destas políticas. O nosso ponto de partida para este estudo é o Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC), um movimento social de educação popular, que vem desde a década de 90 lutando pela implementação de políticas afirmativas no campo da educação superior.

Objetivos:

O principal objetivo desta pesquisa é identificar os movimentos sociais e lideranças que defenderam, na década de 90, a política de ação afirmativa enquanto instrumento de garantia dos direitos sociais e, posteriormente, analisar a sua influência no processo de constituição destas políticas. Para tal buscaram-se identificar algumas das lideranças e/ou ex-lideranças destes movimentos sociais e, a partir do trabalho de campo, reconhecer os principais argumentos e motivações destes sujeitos coletivos.

Metodologia da pesquisa:

A pesquisa realizada é do tipo qualitativa que Minayo (1994), define como:

“a metodologia qualitativa trabalha com o universo de significados, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (p. 22).

A abordagem técnica utilizada para coleta dos dados foi a entrevista semi-estruturada que possibilitou a obtenção de uma quantidade significativa de informações contidas na fala dos atores sociais. As entrevistas iniciais foram realizadas com alguns dos principais ativistas políticos, participantes da gênese do PVNC. Com relação à seleção dos sujeitos pesquisados, primeiramente foi feita uma identificação e, a partir da revisão bibliográfica e de visitas ao campo, pode-se definir quem seriam os primeiros entrevistados.

Desenvolvimento das atividades: No primeiro ano da pesquisa, de Julho de 2009 a julho de 2010, a equipe esteve voltada para a realização das seguintes atividades:

- 1- Leitura do material bibliográfico, fichamento dos textos e discussão em grupo. Nos encontros de estudo, alguns temas foram privilegiados: política de ação afirmativa, movimentos sociais, relações raciais e desigualdade social;
- 2- Pesquisa sobre a temática das ações afirmativas em jornais e sites no Brasil e exterior. Posteriormente, os dados foram organizados e sistematizados;
- 3- Elaboração do instrumento de coleta de dados;
- 4- Pesquisa de campo: O trabalho de campo teve início no primeiro semestre de 2010, quando foram realizadas entrevistas com alguns militantes que fizeram parte da gênese do PVNC;
- 5- Registros, transcrição e análise parcial dos dados;
- 6- Elaboração de relatório PIBIC.

Abaixo destacarei algumas atividades realizadas pelo grupo de pesquisa e que contribuíram para o aprofundamento do tema estudado:

1.1 - TELLES, Edward. Racismo à brasileira: Uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará, 2003. (p.69-99).

No capítulo 3, intitulado: “Da democracia racial à ação afirmativa” o autor analisou o processo de abertura democrática ocorrido no Brasil a partir da década de 1980 e a formação de um cenário propício para atuação dos movimentos sociais. O texto estava também voltado para a importância da Constituição Federal de 1988 e o processo de reformulação das bases legais dos direitos humanos, na questão do multiculturalismo e na atuação do movimento negro na construção das políticas de ação afirmativa no país.

1.2 - HERINGER, Rosana. (org.). A cor da desigualdade. Desigualdades raciais no mercado de trabalho e ação afirmativa no Brasil. Rio de Janeiro: Ierê – Instituto de Estudos Raciais e Étnicos e Núcleo da cor/ Laboratório de Pesquisa social/Ifcs-Ufrj, 1999.

A autora faz um estudo comparativo entre as políticas de ação afirmativa no Brasil e nos Estados Unidos. O ponto de partida da análise é a realidade americana, no que se refere às ações afirmativas e, a sua possível adaptação, ou não, ao contexto brasileiro. As principais questões analisadas foram: a desigualdade racial na história americana e as experiências de políticas de ação afirmativa que vem sendo desenvolvidas no Brasil. No caso dos EUA, a discussão se desenvolveu em torno dos autores que são favoráveis ou contrários a estas ações e seus principais argumentos.

1.3 - DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In Daniel Mato (coord.). **Políticas de ciudadanía y sociedad civil em tiempos de globalización.** Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela. 2004.


Neste artigo a autora estuda o surgimento dos “novos” movimentos sociais, a partir da abertura democrática ocorrida no Brasil na década de 1980. Tais movimentos se caracterizavam pela concepção do “direito a ter direitos” que segundo definição de Dagnino “Não se limita a provisões legais, ao acesso a direitos definidos previamente ou à efetiva prática de direitos formais abstratos. Ela inclui a invenção/criação de novos direitos, que surgem de lutas específicas de suas práticas concretas.” Estes movimentos sociais, segundo a autora, inspirados na luta por direitos humanos, visavam à defesa de seus direitos enquanto grupo social, com particularidades e identidades próprias.

1.4 - GOMES, J. B. B. A recepção do instituto da ação afirmativa no Direito Constitucional Brasileiro. Revista de Informação Legislativa, ano 38, n. 151. 2001.

Neste texto, Joaquim Barbosa trouxe o debate das políticas de ação afirmativa sob o aspecto jurídico, colaborando para a discussão sobre a constitucionalidade das ações afirmativas. Para fundamentar este argumento afirma que a Constituição Federal de 1988 cria dispositivos legais que reconhecem e afirmam os direitos destes grupos sociais minoritários que sofrem com discriminação, quer seja histórica, cultural ou econômica. O autor trouxe também a definição e alguns objetivos das ações afirmativas.

2 – Organização e sistematização de informações pesquisadas a respeito da temática ação afirmativa em jornais e sites de pesquisa no Brasil e no exterior:

Na construção de um banco de notícias busquei informações sobre políticas de ações afirmativas, existentes no Brasil e em outros países. O objetivo deste levantamento foi o de mapeamento para compreender as particularidades destas ações no mundo. Como exemplo, será apresentado abaixo um modelo parcial do banco de informações:

NOTÍCIAS SOBRE POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA NO BRASIL E NO MUNDO		
BRASIL	ESTADOS UNIDOS	INGLATERRA
<p>Movimento negro pede debate sobre cotas a presidente do TJ</p> <p>O presidente do Tribunal de Justiça (TJ) do Rio, Luiz Zveiter, recebeu integrantes do movimento negro (...). O grupo foi pedir ao desembargador que haja mais debate sobre a política de cotas no Judiciário fluminense. _ Fomos lá pedir o debate dentro do Judiciário porque, para nós, a questão das cotas não foi bem debatida _ explicou Renato Ferreira, pesquisador do Laboratório de Políticas Públicas (LPP) da UERJ.</p> <p>Parecer do procurador-geral da República é contra suspensão das cotas nas universidades</p> <p>Comente Comentários</p> <p>BRASÍLIA - O procurador-geral da República, Roberto Gurgel, enviou parecer ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a ação do DEM que questiona a política de cotas adotada pela Universidade de Brasília (UnB). O procurador-geral argumenta que em determinadas situações é necessária a promoção de políticas de ação afirmativa para superação de desigualdades nas práticas sociais e instituições.</p> <p>Fonte: www.globo.com, atualizado em 29/07/2009 11h:30m</p>	<p>Darius Charney: Os EUA não podem dispensar ações afirmativas</p> <p>Darius Charney, do Center for Constitutional Rights, acha que o equilíbrio ainda é extremamente delicado em processos por discriminação racial nos EUA: de um lado, padrões que querem disfarçar métodos discriminatórios e, do outro lado, candidatos de minorias raciais, freqüentemente desqualificados para o emprego, que querem valer-se da lei para conseguir uma oportunidade.</p> <p>Fonte: www.globo.com atualizado em 25/07/2009.</p>	<p>Governo britânico apresenta projeto de lei de ações afirmativas</p> <p>O governo britânico encaminhou ao Legislativo do país um projeto de lei de ações afirmativas que torna ilegal todas as formas de preconceito por idade e avança no combate à discriminação por gênero.</p> <p>A proposta foi elaborada sob supervisão da secretária da Igualdade, Harriet Harman, que defende ainda planos de permitir às empresas adotar práticas em favor de mulheres e minorias étnicas.</p> <p>Hoje, a legislação britânica não é clara em relação às medidas para combater as diferenças de gênero, disse Harriet Harman.</p> <p>BBC </p> <p>Fonte: www.globo.com atualizado em 26/06/2008 – 22h:21min.</p>

A partir da esquematização destes dados pode-se verificar que, no caso brasileiro, a discussão, na maioria das vezes, se realiza em torno do campo educacional com as “políticas de cotas” universitárias. Diferentemente das notícias vinculadas nos EUA e na Inglaterra, que enfocam mais as ações afirmativas voltadas para diversos grupos em relação ao mercado de trabalho.

3- Trabalho de Campo – Alguns dados preliminares:

Para o início desta atividade, foi desenvolvido pela equipe um modelo de entrevista, com perguntas abertas e focadas na temática de estudo. O trabalho de campo teve início no primeiro semestre de 2010, quando foram realizadas as entrevistas com alguns militantes que haviam participado do momento da gênese do PVNC. Participei das entrevistas e da transcrição das gravações.

Após a realização das entrevistas foi feita pela equipe da pesquisa, uma análise preliminar das narrativas. Logo após, identificou-se alguns elementos na fala dos entrevistados que serão destacados abaixo, especialmente pelo valor das narrativas e sua relação com os objetivos da pesquisa:

3.1 Quanto à gênese do PVNC:

Segundo o militante “A”, que fez parte do grupo que colaborou no processo de criação do PVNC, a origem do movimento vai acontecer a partir do cruzamento de diversos fatos, tais como: a campanha da fraternidade do ano de 1988 e a ação das pastorais, como se pode ver a seguir:

“Na década de 80 (...) dentro das universidades, muitas pessoas que eram da área da educação escreveram artigos, denunciando a falta de negros na universidade. Em 88 a gente teve a participação da Igreja Católica que faz a campanha da fraternidade sobre a questão racial, a questão social do negro no Brasil. No ano de 1988 foi comemorado o centenário da abolição, não vou lembrar o título da campanha, mas surgem as pastorais do negro dentro da Igreja Católica. (...) Em São João de Meriti criou-se um espaço importante, porque era uma pastoral de fato ecumênica, todo mundo falava de ecumenismo quando eu era da pastoral da juventude, mas eu não via isto na prática. Fui da pastoral no início de 90, 94...”. (Entrevistado – A)

Pode-se também identificar que O PVNC se originou enquanto movimento social em meados da década de 90: “O PVNC nasceu como um projeto piloto em 93” na Igreja Matriz de São João de Meriti, se expandindo rapidamente, com a criação e ampliação dos primeiros núcleos, como se pode verificar na fala da entrevistada B:

“O núcleo de origem foi o núcleo da matriz em São João de Meriti, que foi uma idéia surgida do Frei David junto com algumas lideranças de São João e eles pretendiam fazer um pré vestibular similar a um que existia na Bahia que era só para negros. Só que a característica principal do pré de São João de Meriti era uma vertente racial bem forte e também com perspectiva para outros grupos discriminados como pobres e carentes. (...) Na primeira turma, onde tudo estava sendo um piloto, um pré piloto não se pensava que fosse crescer tanto. Neste primeiro pré-vestibular passaram umas cinco pessoas, que eu tenha idéia assim, não seis pessoas, sendo que uma foi para UFF e as demais vieram pra cá neste primeiro programa de bolsas aqui na PUC-Rio conseguida pelo pré-vestibular. Daí surgiu a intenção de que os alunos que ingressassem e os que

Departamento de Serviço Social

passassem criariam outros núcleos de pré-vestibulares onde estes residiam. Então foram nascendo os primeiros núcleos. O primeiro foi em São João, o segundo em Niterói e outro em Nova Campina; que nós duas que passamos pra cá tivemos a iniciativa de fundar”. (Entrevistado – B).

As motivações apresentadas pelos entrevistados, no que se refere à sua opção em participar do PVNC, se deram especialmente devido a: realidade de exclusão de negros e pobres nas universidades brasileiras e a possibilidade de capacitar alunos carentes da baixada fluminense, fato se pode ver a seguir:

“O que me motivou foi à questão de conseguir através do movimento, realizar um sonho de algumas pessoas, que é o de entrar na universidade. E que você também poder fazer isto para concretizar o sonho de outras pessoas, facilitando esta conscientização”. (Entrevistada – B).

Os tipos de participação dos militantes, no momento inicial de formação do PVNC foram diversos, tais como: ser professor e poder transpor conteúdos pedagógicos nas aulas para os estudantes negros e oriundos de camadas populares; participar do processo de abertura/formação de novos núcleos; estruturar o movimento social de educação popular que estava nascendo e etc... Isto pode ser encontrado nos seguintes depoimentos:

“A primeira vez que dei aula foi em 94, a experiência foi muito legal, foi tão marcante que eu dei aula até 2008. Tem uns dois anos que não dou mais aula. Passei dez anos dando aula. Dei aulas nos pré-vestibulares comunitários: Nova Campina, Piabetá, Pilar, São João de Meriti, no Henfil, no Rio dei aula na Penha. O que mais me motivou foi à questão de passar o que eu estava aprendendo na Federal de Química”. (Entrevistado – A).

“A nossa contribuição pro movimento foi esta, a de fundar novos núcleos do PVNC”. (Entrevistado – B)

Considerações preliminares:

A participação na pesquisa tem me proporcionado aprofundar os conhecimentos acerca do tema: políticas de ações afirmativas. Com as leituras realizadas, as discussões com o grupo de pesquisa, a participação em seminários e o trabalho de campo, percebi algumas questões que considero importante ressaltar.

Com o conhecimento de algumas formas de ação afirmativa adotadas nos países e suas particularidades, pude perceber que no caso brasileiro estas ações têm diversas configurações, que não se restringem as cotas universitárias, ultrapassa esta discussão e vai além, tornando-se presente em ações governamentais desde a década de 1990. Porém, é importante constatar que com base em estatísticas recentes, verificou-se que as políticas de ação afirmativa vêm propiciando a inclusão de membros de grupos sociais, que vivem em condição de subalternidade, nas universidades do país. Nos últimos oito anos, o número de universidades públicas que passou a adotar algum tipo de política de ação afirmativa, tem subido consideravelmente. Esta nova conjuntura vem confirmar a direção dada pelo Ministério da Educação que, ao adotar políticas de ação afirmativa para o acesso as universidades públicas federais, buscam garantir uma maior igualdade no acesso de diferentes grupos sociais nestas universidades. Desta forma, estas políticas vêm se constituindo como um caminho viável de garantia dos direitos sociais, visando contribuir para a redução da desigualdade social.

Nas entrevistas realizadas com ativistas do PVNC, algumas considerações se destacam: o PVNC, desde a sua gênese, influenciou outros movimentos sociais em diversas partes do país, ampliando assim sua luta pela igualdade no acesso ao ensino superior; a abrangência deste movimento se deu, sobretudo devido à militância dos fundadores e de seus alunos; uma das principais motivações dos líderes, no que se refere à participação no PVNC, veio com a constatação do número reduzido de negros nas universidades brasileiras; o racismo e os dados sobre a desigualdade racial foram os principais argumentos que levaram a participação destes militantes; o foco principal de ação do PVNC se deu a partir do fortalecimento de grupos sociais que viviam em condição de subalternização; o PVNC colaborou na construção de políticas de ação afirmativa no campo do ensino superior, entre outros.

Departamento de Serviço Social

Referências Bibliográficas:

BRASIL, Ministério da Educação. Conferência Nacional de Educação (CONAE). **Documento Base I**. Disponível no site: www.mec.gov.br. Acesso em 10/04/2010 – às 14h25min.

CARVALHO, José M. de. **Cidadania no Brasil: O longo caminho**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2003.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In Daniel Mato (coord.). **Políticas de ciudadanía y sociedad civil em tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004.

GOMES, J. B. B. A recepção do instituto da ação afirmativa no Direito Constitucional Brasileiro. **Revista de Informação Legislativa**, ano 38, n. 151. 2001.

HERINGER, Rosana. (org.). **A cor da desigualdade**. Desigualdades raciais no mercado de trabalho e ação afirmativa no Brasil. Rio de Janeiro: Ierê – Instituto de Estudos Raciais e Étnicos e Núcleo da cor/ Laboratório de Pesquisa social/Ifcs-Ufrj, 1999.

MACHADO, E. Acompanhamento e monitoramento das políticas de ação afirmativa nas universidades brasileiras. **Revista desigualdade e diversidade** - Revista de Ciências Sociais da PUC-RIO, n° 1. 2007.

MINAYO, Maria Cecília de S. **O Desafio do Conhecimento** – Pesquisa qualitativa em Saúde. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SALVADOR, Andréia Clapp. **Ação Afirmativa no ensino superior: Estudo da política de inserção de Alunos Pobres e Negros na PUC – Rio**. Rio de Janeiro, 2008. Tese de doutorado. Curso de Pós-graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

TELLES, Edward. **Racismo à brasileira: Uma nova perspectiva sociológica**. Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará, 2003.

TELLES, Vera da S. **Direitos Sociais: Afinal do que se trata?** Belo Horizonte: UFMG, 1999.